

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>COMISSÕES PERMANENTES</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>FQ-COTEC-052-00</b>
	<b>MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	<b>DATA EMISSÃO:</b>	12/04/2016
		<b>DATA REVISÃO:</b>	12/04/2016
		<b>ITEM NORMA:</b>	7.2

<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>DATA:</b> 15 04 16	<b>LOCAL:</b> Auditório 01 dep. Manoel Castro e auditório 03 dep. Castelo de Castro
	<b>HORA:</b> 14h	
<b>EMENTA:</b> “Reordenamento de Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos no Estado do Ceará”		
<b>REQUERENTE:</b> deputado Renato Roseno		
<b>PRESIDENTE:</b> deputado Renato Roseno		
<b>DEPUTADOS (AS) PRESENTES:</b> deputado Renato Roseno		
<b>PARTICIPANTES DA MESA:</b> deputado Renato Roseno, Vereador João Alfredo Teles Melo, Dr. Hugo Mendonça, Monica Feitosa, Célia Melo, Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Vereador Eulógio Neto, Manoel Torquato, Érica Marques Nobre, Dra Nadja Bortolloti, Dra. Antônia Lima, e Dr. Luciano Tonet.		
<b>ENTIDADES REPRESENTADAS:</b> Comissão de Direitos Humanos, da mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Fortaleza, CAOPIJ/MP, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, CONANDA, Conselho Estadual de Assistência social, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, 7º Promotoria da Infância e 6º Promotoria da Infância e Juventude.		



**SÍNTESE DAS MANIFESTAÇÕES:** Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Fortaleza, e Comissão de Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Tendo como presidente dos trabalhos deputado Renato Roseno.

- Com a palavra, o vereador João Alfredo afirmou que a “execução orçamentária” para o reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos de idade “não é efetivada” no Estado do Ceará.

- O deputado Renato Roseno observou que o reordenamento de referidos serviços é obrigação do Estado e, não tendo este tais habilidades protetivas e familiar, deve prover. Disse que há normas e orientação política para o serviço de acolhimento.

- Representante do CAOPIJ /MP, o Dr. Hugo Mendonça disse ser preocupante a recusa dos gestores do Estado do Ceará pela política de acolhimento.

- Monica Feitosa, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social, ressaltou que a institucionalização é a última possibilidade, dado a importância do convívio familiar.

- Em nome da Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social (STDS), Célia Melo colocou a importância de se ter um plano para debater e pactuar o serviço, por todos que fazem o acolhimento, principalmente os poderes Legislativo e Judiciário.

- Cláudio Ricardo Lima, da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, falou da relevância da articulação com os sistemas de garantias de direitos, e expansão qualificada dos serviços.

- O vereador de Fortaleza, Eulógio Neto, presidente da Associação dos Conselhos Tutelares e ex Conselheiros Tutelares do Estado do Ceará, disse que a demanda do acolhimento é um problema grave no Estado do Ceará.

- Manoel Torquato do CONANDA expressou que há demanda de especificidades de crianças em situação de abrigo.

- Pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Érika Marques Nobre,



Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará

**COMISSÕES PERMANENTES**

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

**MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

mostrou preocupação com a rotatividade dos profissionais e cobrou concursos públicos.

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca), Dra. Nadja Bortoloti destacou o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de vagas e pediu mais qualidade nas políticas públicas contra a violação de direitos da criança.

- Em nome da 7ª Promotoria da Infância, Dra. Antônia Lima mostrou-se preocupada com a municipalização do serviço, já que, segundo ela, o município, pela sua fragilidade, não estaria preparado para a transição.

- Da 6ª Promotoria da Infância e Juventude, Dr. Luciano Tonet afirmou ser necessário rediscutir os programas da infância, enfatizou que o MP está tomando providências, criticou a falta de investimentos e a ausência de famílias acolhedoras e disse ser preciso rediscutir a infância de modo geral.

**ELABORADO POR:** Jamile Carvalho da Silva Sousa